

# ***ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA***

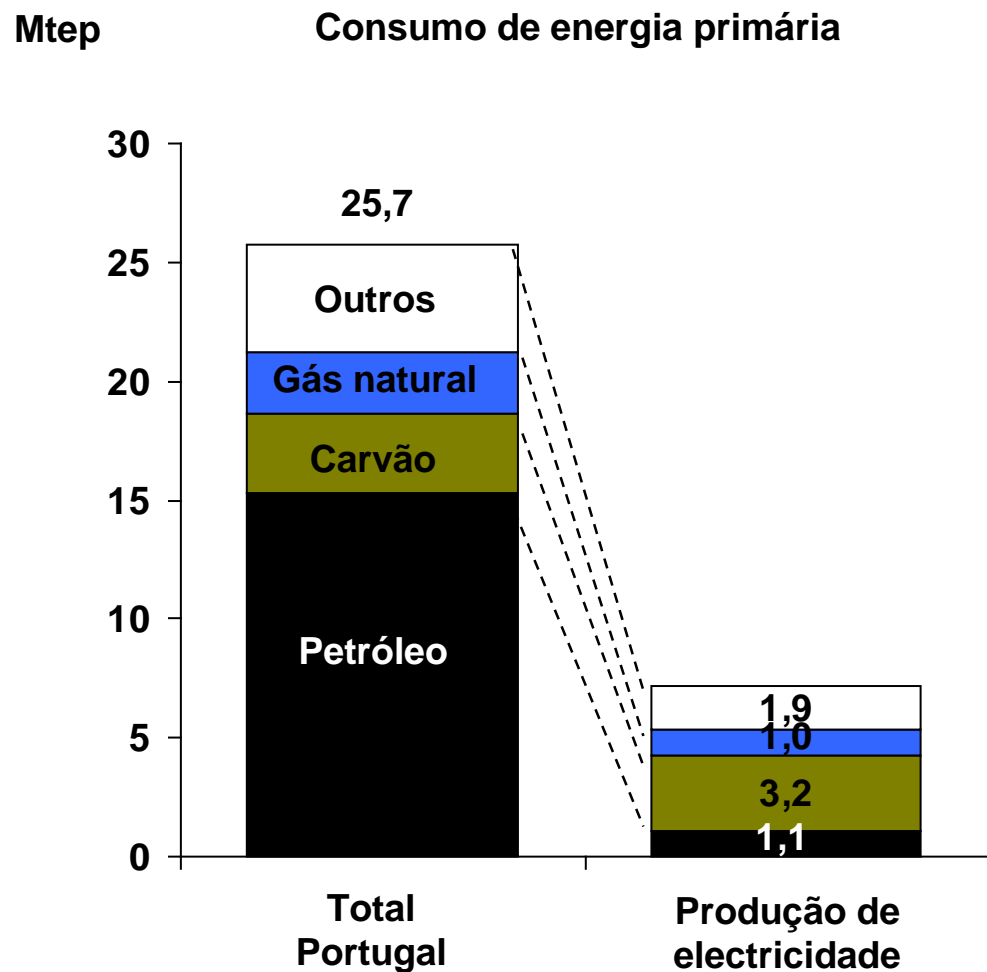
## ***AS ENERGIAS RENOVÁVEIS E A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA***

Maio 2006

# AGENDA

- A Estratégia Nacional para a Energia
- As medidas já em curso

# FORTE DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA DO EXTERIOR



## Impacto na economia (2005)

86% de dependência externa

Saldo importador de €4.964M

Energia importada representou  
13,4% das importações - FOB

# RENOVÁVEIS, EFICIÊNCIA E OS OBJECTIVOS DA POLÍTICA ENERGÉTICA

## Objectivos Estratégia Nacional

**GARANTIA DE SEGURANÇA  
DE ABASTECIMENTO**

**ADEQUAÇÃO AMBIENTAL  
DO PROCESSO ENERGÉTICO**

**ESTÍMULO À CONCORRÊNCIA,  
COMPETITIVIDADE E  
EFICIÊNCIA DAS EMPRESAS**

## Linha de orientação: Renováveis

**Redução da dependência  
externa através do aumento da  
produção endógena**

**Redução das emissões de  
gases de efeito de estufa**

**Desenvolvimento de uma  
indústria fornecedora de  
equipamento e serviços  
Incentivo à inovação**

## Linha de orientação: Eficiência

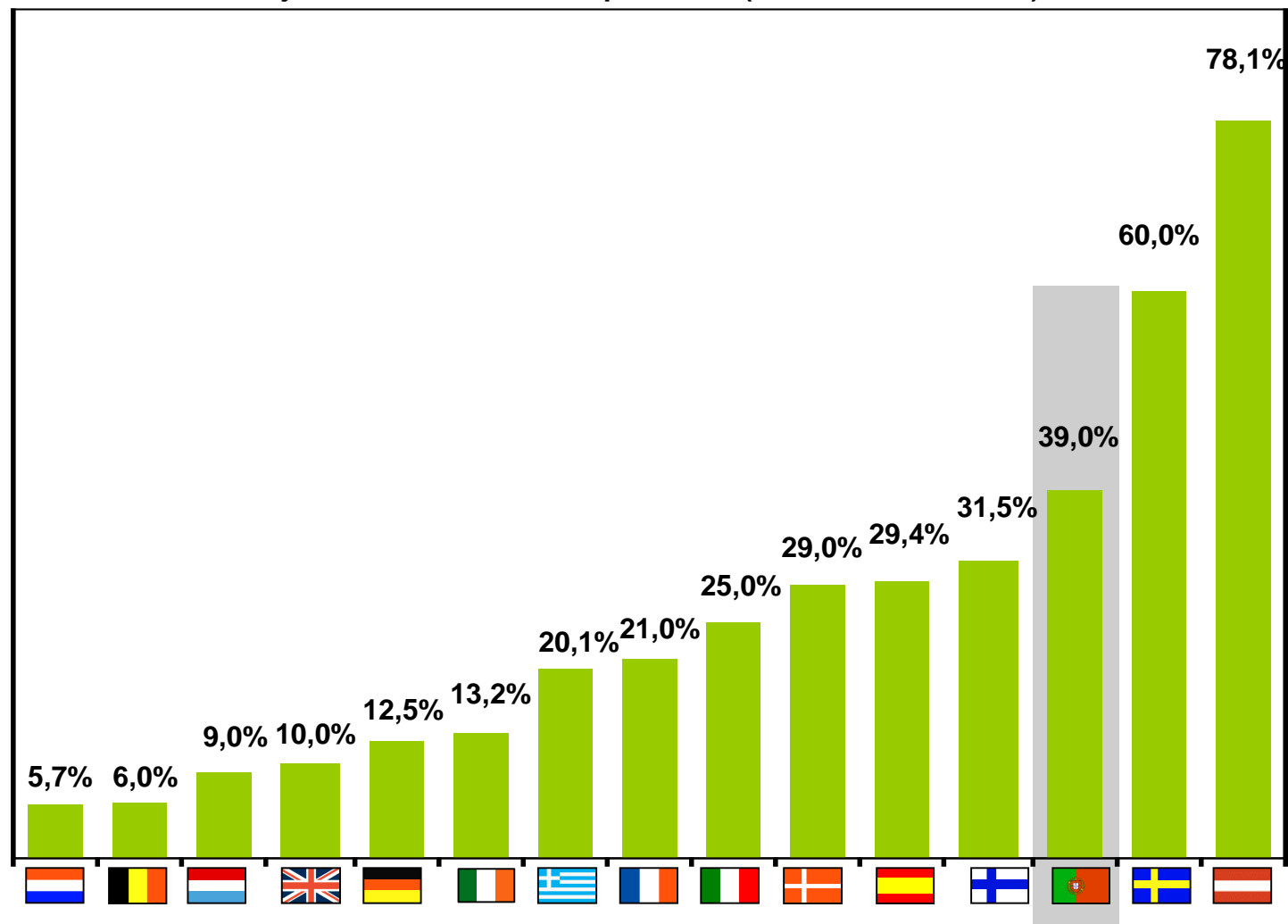
**Redução da dependência  
externa através do redução do  
consumo**

**Redução das emissões de  
gases de efeito de estufa**

**Menores custos produtivos  
para as empresas**

# UMA FORTE AMBIÇÃO NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Objectivos de Renováveis para 2010 (Directiva 2001/77/CE)



...E NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – NOVA DIRECTIVA

-9% em 9 anos

Incluindo transportes

# MEDIDAS – ENERGIAS RENOVÁVEIS

- A intensificação e diversificação do aproveitamento das fontes renováveis – enfoque na **energia eólica** e no **potencial hídrico** por explorar;
- A clarificação e a agilização dos mecanismos de licenciamento;
- A elaboração de um código de procedimentos de operação da PRE;
- O enquadramento legislativo dos certificados verdes e a criação de uma plataforma para a sua negociação;
- A valorização da biomassa florestal;
- A transposição da Directiva sobre Biocombustíveis e a introdução de biocarburantes no nosso país;
- A redinamização do programa Água Quente Solar para Portugal;
- A avaliação dos critérios de remuneração da electricidade produzida, tendo em conta as especificidades tecnológicas e critérios ambientais;

# MEDIDAS – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- A promoção de políticas de eficiência energética por parte das empresas da oferta da electricidade;
- A aprovação de nova legislação sobre a eficiência energética dos edifícios;
- A reforma do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE);
- A implementação de acordos voluntários com os diferentes sectores de actividade;
- A transposição da Directiva de Cogeração;
- A criação de mecanismos de âmbito nacional que promovam práticas de eficiência energética através da etiquetagem de equipamentos;
- O aumento da eficiência do transporte de passageiros, designadamente pela qualificação e expansão racional do transporte público, bem como de mercadorias, particularmente pelo ordenamento logístico do território, incluindo infra-estruturas adequadas;
- A redução do consumo nos transportes privados, promovendo os veículos mais eficientes;
- A introdução de fontes de energia alternativas ao petróleo, principalmente nos transportes públicos;
- Melhorar a articulação da intervenção das agências locais e regionais da energia;
- Financiar acções de promoção da eficiência energética. e ambientais.



# OUTRAS LINHAS DE ORIENTAÇÃO

- Aprovisionamento público “energeticamente eficiente e ambientalmente relevante”
- Reorganização da fiscalidade e dos sistemas de incentivos do sistema energético
- Comunicação e sensibilização
  - A promoção da melhoria do acesso dos cidadãos e de todos os agentes em geral à informação sobre a energia;
  - A promoção de iniciativas de sensibilização orientadas para a importância da energia na formação dos cidadãos, especialmente nos ensinos básico e secundário e nos meios de comunicação social;

# AGENDA

- A Estratégia Nacional para a Energia

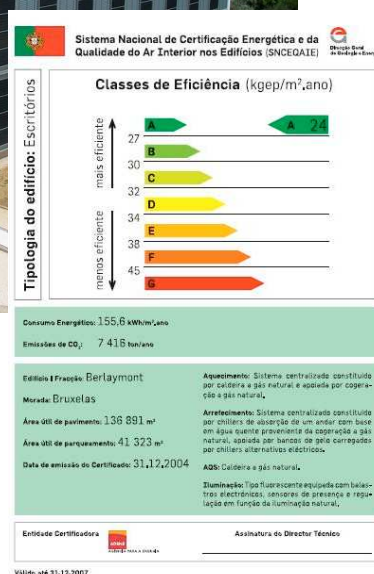
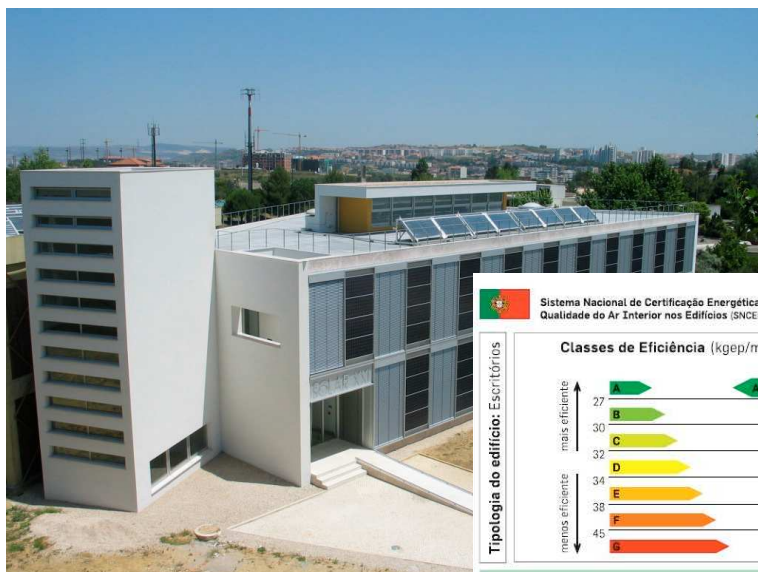
- As medidas já em curso

# SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS

## OBJECTIVO

**Nova construção mais eficiente em termos energéticos**

**Novo impulso ao Programa Água Quente Solar:  
1 Milhão de m2 painéis solares térmicos até 2010**



- Obrigatória instalação de painéis solares térmicos nas novas habitações
- Novos regulamentos térmicos com maior exigência de eficiência energética para a construção
- Obrigação de um certificado energético para os edifícios

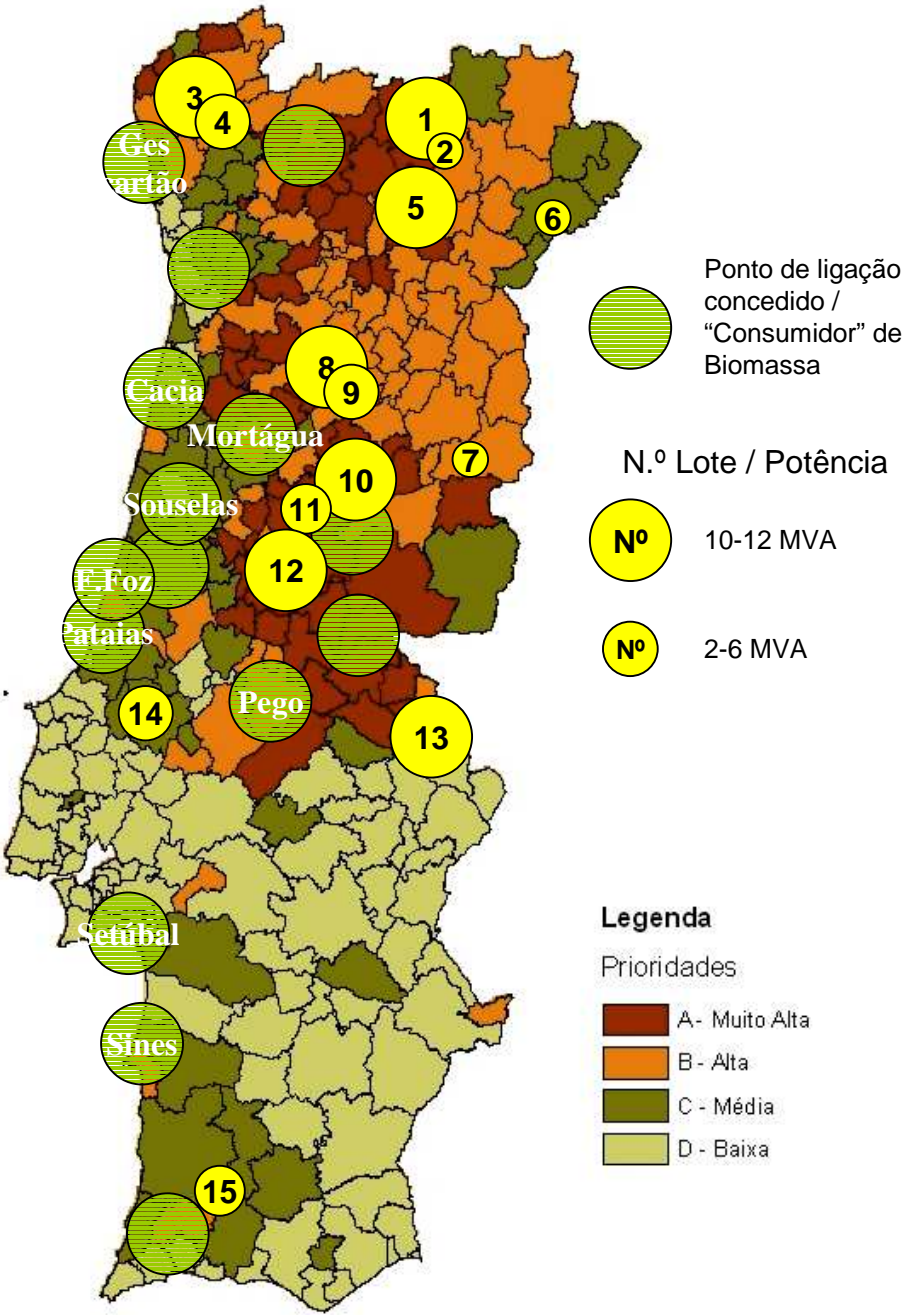
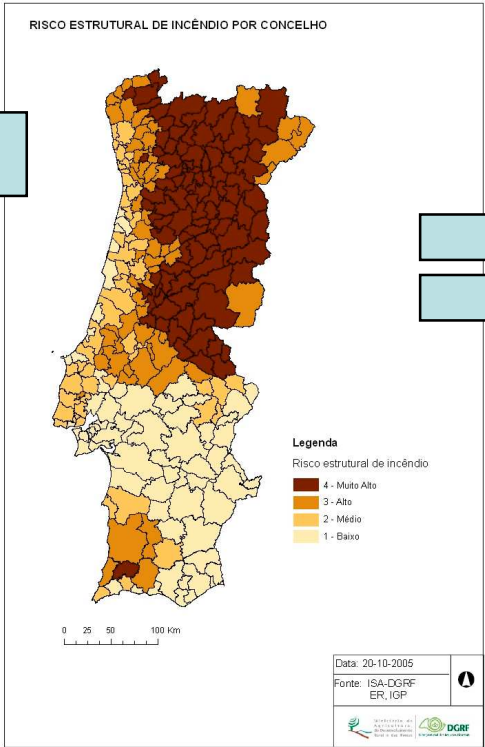
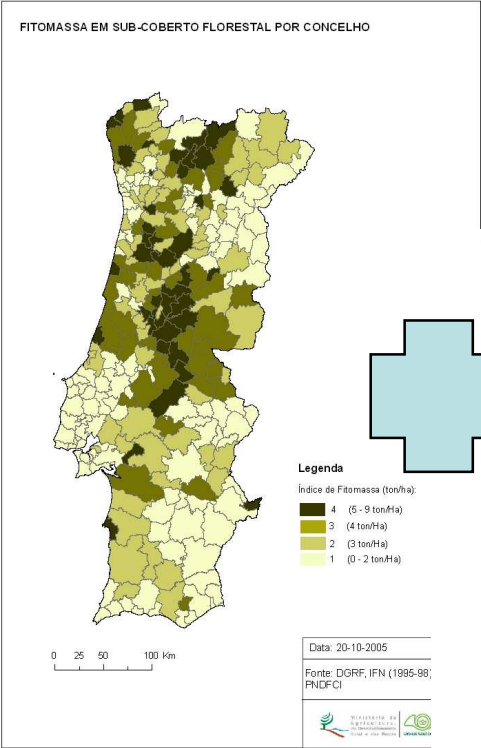
# CONCURSO PARA CENTRAIS A BIOMASSA FLORESTAL

## OBJECTIVO

**CRIAR UMA REDE NACIONAL DE CENTRAIS DE BIOMASSA FLORESTAL PARA REDUZIR O RISCO ESTRUTURAL DE INCÊNDIO**

- Lançamento de concursos para 15 Centrais
  - 7 concursos para Centrais de 10-11 MVA
  - 8 concursos para Centrais até 2 a 5 MVA
- Foram privilegiadas zonas com elevada fitomassa, elevado risco estrutural de incêndio e potência disponível
  - evitando sobre-posição com grandes “consumidores” de biomassa
- 100 MW num total de ~€225M de investimento
- Criação de postos de trabalho em actividades de recolha
- >1 Milhão de toneladas de biomassa retirado das florestas

# REDE DE CENTRAIS DE BIOMASSA FLORESTAL



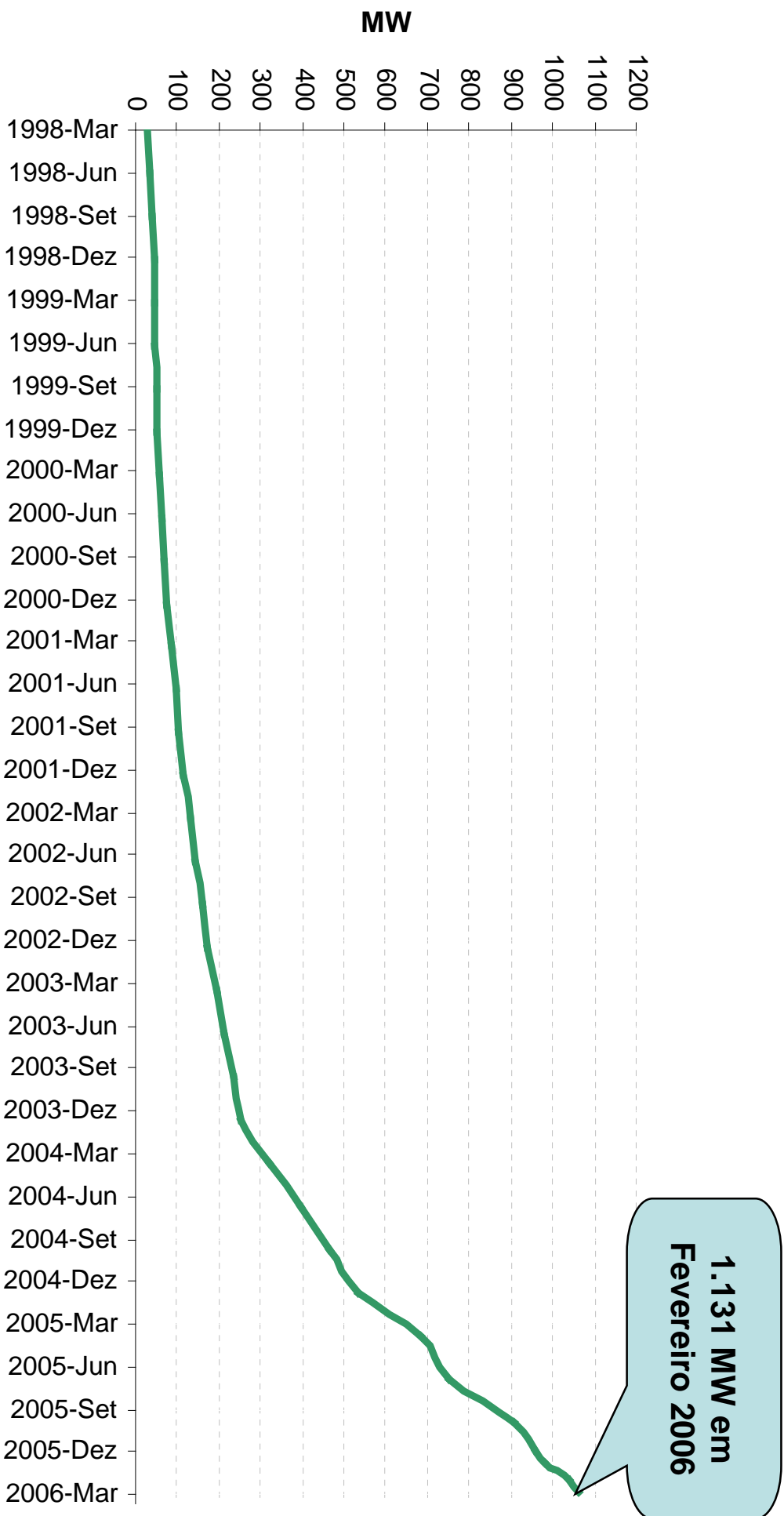
# INCENTIVOS FISCAIS AOS BIOCOMBUSTÍVEIS

## OBJECTIVO

**SUBSTITUIR 5,75% DOS COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS POR  
BIOCOMBUSTÍVEIS ATÉ 2010**

- Isenção do ISP – Imposto sobre Produtos Petrolíferos de €280 a €300 por 1.000 litros de biocombustível
  - Regime de autorização prevê % de produção agrícola nacional
- Isenção do ISP total para pequenos produtores dedicados
  - Com base em óleos residuais e frotas dedicadas
- +350.000 tons. de biocombustíveis -> €100M de investimento
- 60.000 ha de produção agrícola nacional (10% do total)
- Substituição de + 350 Milhões de litros de combustíveis/ano
- Menos 1,2 M toneladas de CO2

# O DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA EÓLICA



# A ENERGIA COMO CATALIZADORA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

